

OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO E CONTAS ANO | 2018





MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos da Obra Diocesana de Promoção Social (ODPS) cumpre-nos apresentar em nome do Conselho de Administração o Relatório da Gestão e as Contas do ano 2018.

Sendo certo que o atual Conselho de Administração da ODPS só tomou Posse em 28 de janeiro de 2019, no Paço Episcopal, perante Sua Excelência Reverendíssima o Bispo do Porto, D. Manuel Linda, que nos investiu nas atuais funções.

Estamos por isso a dar cumprimento a uma formalidade, sendo a Gestão de 2018 da responsabilidade do anterior Conselho de Administração.

Constata-se nas Contas de 2018 um *déficit* demasiado elevado e, se não fosse a alienação no decurso do ano de um ativo, o mesmo seria ainda bem superior.

Torna-se por isso imperioso e urgente corrigir esta situação, criando a sustentabilidade financeira, indispensável a garantir o seu presente e futuro.

Temos assim, uma obrigação social e diríamos, moral, de prosseguirmos a nossa missão junto de quem tanto de nós necessita. Para tal, e hoje, mais do que nunca necessitamos da ajuda e colaboração dos nossos Parceiros Sociais. Precisamos de renovar e ampliar as nossas parcerias, designadamente com o Instituto da Segurança Social, a Câmara Municipal do Porto, o Banco Alimentar Contra a Fome, as Empresas e outras Instituições da Região, a Liga de Amigos da ODPS, sem esquecer a nossa Diocese do Porto.

A Obra Diocesana de Promoção Social é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, das maiores e mais relevantes da Diocese, da Região e do País, daí a sua grande responsabilidade na nossa Comunidade.

Congrega 12 Centros Sociais com as Creches, o Pré-Escolar, os Centros de Atividade e Tempos Livres, os Centros de Dia e Convívio, as Cantinas Sociais, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. Contempla 55 Respostas Sociais de apoio a cerca de 2000 utentes/clientes e dispõe atualmente de 374 colaboradores.



A Obra Diocesana de Promoção Social somos todos nós, Dirigentes, Colaboradores, Utentes, sendo estes últimos a sua principal razão de existir na nossa sociedade.

Queremos que a Obra Diocesana de Promoção Social seja um marco de humanismo e solidariedade e isso depende, essencialmente de quem a serve, do seu profissionalismo, lealdade e amor à Instituição e aos seus Utentes.

Contamos com todos e cada um, para valorizar e dignificar a Obra Diocesana de Promoção Social para que seja uma Instituição inovadora, que presta serviços de qualidade aos cidadãos mais pobres e vulneráveis.

Pessoas a Sentir Pessoas.

Porto, 21 de março de 2019

O Presidente do Conselho de Administração

Dr. Manuel Maria Moreira

hame Maria mosers





RELATÓRIO DA GESTÃO

Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias compete ao Conselho de Administração elaborar e submeter ao parecer do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas o Relatório da Gestão e as Contas respeitantes ao exercício anterior. Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para o efeito, o Conselho de Administração apresenta o Relatório da Gestão e as Contas do período 2018, da Obra Diocesana de Promoção Social, a seguir designada simplesmente por "Obra Diocesana", que expressam a situação financeira e os resultados da sua atividade em 31 de dezembro de 2018.

Salienta-se que ao atual Conselho de Administração, cumpre apenas apresentar nos termos legais e estatutários, o presente Relatório e Contas, declinando quaisquer responsabilidades sobre as operações praticadas e as decisões praticadas no exercício económico de 2018, bem como nos anteriores.

2. MISSÃO E VALORES

A Obra Diocesana é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), na forma de Fundação de ereção canónica, criada por iniciativa da Diocese do Porto com a denominação inicial de Obra Diocesana de Promoção Social na Cidade do Porto, cujos primeiros Estatutos foram aprovados em 17 de abril de 1967 e alterados, respetivamente em 20 de março de 1985 e 9 de novembro de 2015. Atualmente, tem a sua sede na Rua D. Manuel II, n.º 14, da União das Freguesias de Cedofeita, Sto. Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, do concelho do Porto.

A Obra Diocesana, nos termos de disposto no artigo 7.º do Anexo à Lei n.º 24/2012, de 9 de julho (Lei Quadro das Fundações) adota as boas práticas adequadas à natureza de fundação privada, com fins não lucrativos, possui estatuto de utilidade pública e IPSS, com as seguintes finalidades principais, estatutariamente definidas:



OBRA DIOCESANA DE PROMOÇÃO SOCIAL



- a) Apoio à primeira infância, através de berçário, creche e jardim de infância, incluindo crianças em risco;
- b) Apoio à segunda infância, através de atividades de tempos livres (ATL) ou outras;
- c) Apoio à juventude, incluindo jovens em risco;
- d) Apoio à família;
- e) Apoio às pessoas idosas, através de estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia, convívio e apoio domiciliário, ou outras;
- f) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- g) Apoio à integração social e comunitária;
- h) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- i) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- j) Outras respostas sociais não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

A Obra Diocesana pode ainda desenvolver as seguintes finalidades secundárias, que poderá exercer na medida em que, a prática o aconselhe e os meios financeiros o permitam:

- k) Outras atividades de fins não lucrativos, de caráter cultural, educativo, recreativo, de assistência e de saúde;
- Atividades de natureza instrumental relativamente aos seus fins não lucrativos, ainda que executados por outras entidades por ela criadas, mesmo que em parceria, e cujos resultados económicos contribuam, exclusivamente, para o financiamento da concretização daqueles fins.

3. ÓRGÃOS SOCIAIS

O exercício económico de 2018 completou mais um ciclo, na administração da Obra Diocesana, exercido ao longo dos últimos 14 anos pelo Conselho de Administração cessante, os quais são assim responsáveis pelas contas ora apresentadas, bem como pelos resultados negativos, gerados.





Os atuais órgãos da Instituição, abaixo indicados, foram nomeados por Decreto Episcopal de 17 de janeiro de 2019, e empossados por sua Excelência Reverendíssima Dom Manuel da Silva Rodrigues Linda, Bispo do Porto, no dia 28 de janeiro de 2019.

Conselho de Administração:

Presidente: Dr. Manuel Maria Moreira

Secretário: Dr. João Salvador Velez Pacheco de Amorim Tesoureiro: Dr. Vítor Manuel de Vasconcelos Gonçalo Vogal: Arq. Maria Filomena Castro Costa Osswald

Vogal: Dr. Vítor Emanuel Lopes de Andrade de Almeida Devesa

Conselho Fiscal:

Presidente: Pe. André David de Vasconcelos Aguiar Soares

Secretário: Dr. José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro

Vogal: Dr. Francisco José Marques Ferreira

4. ANÁLISE DA ATIVIDADE DA OBRA DIOCESANA

Como referido anteriormente, o atual Conselho de Administração foi empossado no final do mês de janeiro do corrente ano, pelo que a análise da atividade desenvolvida ao longo do último exercício económico, deverá ser feita com base no Relatório de Atividades de 2018, aprovado pelo Conselho de Administração cessante em 21 de janeiro de 2019 (anexo à ata n.º 227/2019 - Reuniões CA), que se apresenta em anexo a este Relatório e Contas, sendo dele parte integrante.

5. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 RENDIMENTOS

Os rendimentos obtidos no exercício económico de 2018 ascenderam a 7.258.886 euros, apresentaram um aumento global no montante de 78.848 euros (+1,0%), face ao exercício anterior e repartiram-se de acordo com a seguinte representação gráfica:

NIPC - 500 849 404



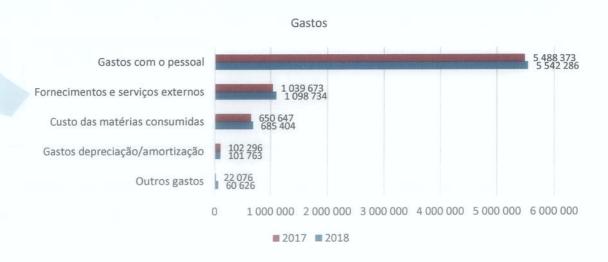




Desta representação fica evidente uma elevada dependência da Obra Diocesana dos apoios financeiros públicos, atribuídos pela Segurança Social, para assegurar o seu funcionamento, apresentando no exercício de 2018 um grau de cobertura de cerca de 65% dos gastos.

5.2 GASTOS

Os gastos suportados no exercício económico de 2018 ascenderam a 7.488.813 euros, apresentaram um aumento global no montante de 185.747 euros (+2,5%), face ao exercício anterior e repartiram-se de acordo com a seguinte representação gráfica:







Os gastos com o pessoal suportados no exercício económico de 2018 ascenderam a 5.542.286 euros, registando um aumento de 53.913 euros face ao exercício de 2017 (+1,0%), repartindo-se como se segue:

Descrição	2018	2017	Variação
Remunerações do pessoal	4 299 339	4 235 870	63 468
Remunerações adicionais	201 932	204 158	-2 226
Indemnizações	0	1 491	-1 491
Encargos sobre remunerações	957 299	937 814	19 485
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	57 769	61 419	-3 651
Formação	10 233	16 750	-6 517
Apoio médico	10 177	9 661	517
Fardas	5 538	3 731	1 807
Outros gastos (Programas IEFP)		17 480	-17 480
Total	5 542 286	5 488 373	53 913

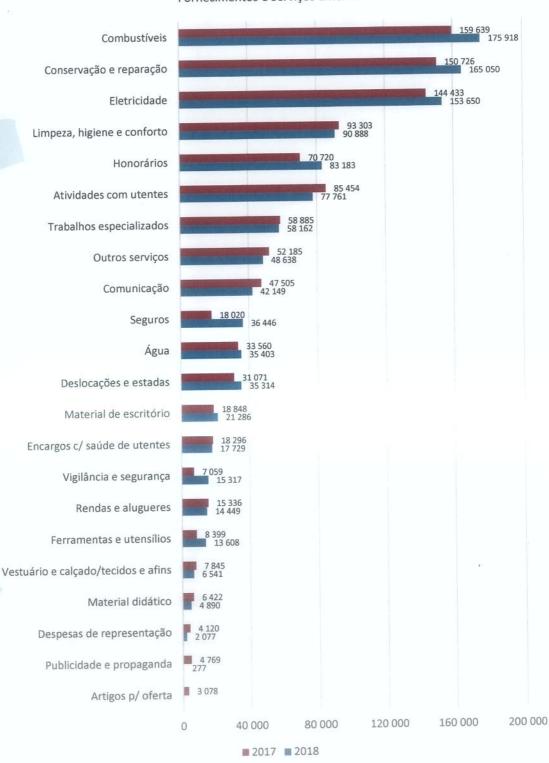
Como pode observar-se do quadro acima o aumento verificado justifica-se essencialmente pelo aumento das remunerações dos colaboradores e respetivos encargos.

Por seu lado, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) ascenderam a 1.098.734 euros, registando um aumento de 59.062 euros face ao exercício de 2017 (+5,7%), repartindo-se como se segue:





Fornecimentos e Serviços Externos







5.3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O Resultado Líquido apurado no período 2018 foi negativo de 202.927 euros, acentuado assim os prejuízos que a Obra Diocesana tem vindo a registar nos últimos anos. Saliente-se que nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, os resultados líquidos foram também negativos, tendo registado prejuízos nos montantes de 87.028 euros, 87.069 euros e 348.502 euros, respetivamente.

Salienta-se que o Resultado Líquido de 2018 se encontra influenciado pela alienação de um imóvel, pelo montante de 244.000 euros, o que permitiu reduzir os prejuízos em igual montante, uma vez que não se encontrava a ser depreciado. Assim, caso essa venda não tivesse ocorrido, o resultado líquido (operacional) do exercício 2018 seria negativo no montante de 446.927 euros. Acresce referir que esta alienação constituiu uma fonte de receita e um rendimento de caráter excecional e por isso será irrepetível no futuro.

5.4 ATIVO

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo ascendia 4.695.717 euros, registando uma diminuição 153.535 euros face ao exercício de 2017 (-3,2%), como ilustra o quadro seguinte:

Descrição	2018	2017	Variação
Ativos fixos tangíveis	2 333 950	2 408 942	-74 992
Investimentos financeiros	11 418	7 999	3 419
Outros ativos não correntes	1 220 510	1 249 360	-28 850
Inventários	13 109	13 037	72
Créditos a receber	3 549	26 960	-23 411
Estado e outros entes públicos	33 713	3 016	30 697
Diferimentos	67 597	106 770	-39 173
Outros ativos correntes	97 330	4 300	93 030
Caixa e depósitos bancários	914 542	1 028 868	-114 326
Total	4 695 717	4 849 252	-153 535

NIPC - 500 849 404





5.5 PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo ascendia 1.258.085 euros, registando um aumento de 105.934 euros face ao exercício de 2017 (+9,2%), como ilustra o quadro seguinte:

Descrição	2018	2017	Variação
Provisões	106 962	106 962	0
Fornecedores	114 709	114 440	270
Estado e outros entes públicos	137 264	129 394	7 871
Diferimentos	92 366	5 211	87 155
Outros passivos correntes	806 783	796 145	10 639
Total	1 258 085	1 152 150	105 934

5.6 FUNDOS PATRIMONIAIS (SITUAÇÃO LÍQUIDA)

Em 31 de dezembro de 2018 os Fundos Patrimoniais ascendiam a 3.437.632 euros, registando uma diminuição de 259.469 euros face ao exercício de 2017 (-7,0%), como ilustra o quadro seguinte:

Descrição	2018	2017	Variação
Fundos	7 809	7 809	0
Resultados transitados	772 377	883 097	-110 721
Ajustamentos e outras variações patrimoniais	2 860 373	2 893 223	-32 850
Resultado líquido do período	-202 927	-87 028	-115 898
Total	3 437 632	3 697 101	-259 469

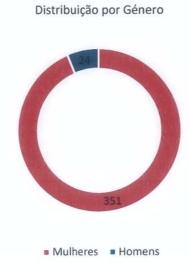
Aparentemente a Obra Diocesana apresenta um situação económico-financeira equilibrada, com Fundos Patrimoniais robustos, correspondentes a um rácio de autonomia financeira de 73% e com disponibilidades financeiras avultadas. Contudo, considera-se que esta situação é de certa forma artificial, dada a elevada dependência dos subsídios do Estado e ao déficit operacional que se tem vindo a registar nos últimos anos e com tendência para se agravar nos últimos meses.





6. QUADRO DE PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2018 o quadro de pessoal da Obra Diocesana era composto por 375 Colaboradores, dos quais 351 mulheres e 24 homens, como ilustra o gráfico seguinte:



Nessa data, os colaboradores apresentavam a seguinte distribuição por Centro:



NIPC - 500 849 404





7. SITUAÇÃO PERANTE A AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E A SEGURANÇA SOCIAL

Não obstante a existência de um processo judicial em curso movido pela Segurança Social, melhor descrito no Ponto 8, cujo desfecho neste momento se afigura imprevisível, a Obra Diocesana tem a sua situação tributária e contributiva, corrente, regularizada perante a Autoridade Tributária e a Segurança Social, dentro dos prazos legalmente estipulados.

8. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Atualmente, a Obra Diocesana encontra-se exposta basicamente ao risco de liquidez, sendo o principal objetivo deste Conselho de Administração, nesta matéria, a manutenção desse risco em níveis considerados aceitáveis. Objetivo que se encontra ameaçado pela verificação sucessiva de *déficit* de exploração ao logo dos últimos anos e com tendência para aumentar, senão forem tomadas medidas imediatas.

A gestão do risco de liquidez, ao longo dos próximos meses, passará por garantir que a Obra Diocesana possui capacidade de solver atempadamente os seus compromissos financeiros e com isso levar a cabo as suas atividades operacionais, implementar a sua estratégia evitando simultaneamente a rutura de tesouraria e a necessidade de obter financiamento bancário. Assim, a gestão deste risco passa pela realização de um bom planeamento financeiro baseado em previsões de recebimentos operacionais para diferentes horizontes temporais (semanais, mensais e trimestrais), bem como pela tomada de medidas tendentes à angariação de novos utentes.

A esta situação de liquidez tendencialmente difícil, acresce que, de acordo com o referido Relatório de Atividades da Administração cessante, está em curso contra a Obra Diocesana um Processo Crime (Processo n.º 2667/14.3T9PRT), na Comarca do Porto, em fase de inquérito e em segredo de justiça, relacionado com a utilização indevida de verbas não restituídas à Segurança Social. Este decorre na sequência de uma auditoria (Processo n.º 24/2013), realizada pela Inspeção-Geral da Segurança Social e do relatório dessa Auditoria aos Apoios Concedidos pela Segurança Social à Obra Diocesana (Relatório n.º 14/2014).

Considerando que existe também forte probabilidade de ser instaurado contra a Obra Diocesana um Processo Contraordenacional, movido pelo Instituto da Segurança Social, que poderá atingir valores elevados pela aplicação de coimas e face sobretudo





ao referido Inquérito Crime, resultante também da factualidade apurada nessa Auditoria, o qual com elevada probabilidade poderá redundar, no curto prazo, na dedução de uma acusação com pedido de condenação à devolução de verbas, que poderá atingir montantes muito elevados e consequentemente comprometer seriamente a liquidez e a prossecução dos fins da Obra Diocesana.

Contudo, não existe nesta data informação suficiente que permita estimar com fiabilidade o impacto financeiro que as eventuais coimas e devoluções de verbas, resultantes desses processos, teriam nas presentes Demonstrações Financeiras.

9. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O desempenho registado pela Obra Diocesana nos últimos anos, bem patente pelos resultados líquidos negativos obtidos, é manifestamente insuficiente para garantir a sua sustentabilidade na prossecução dos seus fins estatutários e face aos compromissos protocolados com o Estado, a médio e longo prazos.

Assim, face ao conhecimento da realidade da Obra Diocesana, ainda incipiente, que o atual Conselho de Administração tem vindo a tomar, considera-se que será necessário adotar um conjunto de medidas estruturais, que deverão passar pela reestruturação de alguns serviços e tomada de medidas de gestão operacional da sua atividade interna, algumas delas já em implementação, designadamente:

- a) Preenchimento do cargo de Diretor Executivo, nos termos do artigo 29.º dos Estatutos, que se justifica pela complexidade da gestão da Obra Diocesana, bem como fazer cumprir, executar e mandar executar as deliberações do Conselho de Administração;
- Revisão de todos os contratos de fornecimento de bens e serviços de modo a identificar oportunidades de redução de custos;
- c) Adoção da contratação pública, de acordo com a lei e de modo a obter ganhos de escala e fomentar a concorrência entre fornecedores;
- d) Promoção dos serviços prestados junto das comunidades onde se encontra inserida, de modo a aumentar o número de utentes, em particular nos centros em que se verifica um déficit de frequência face à capacidade instalada;

Ao nível externo, no que se refere ao relacionamento da Obra Diocesana com a sociedade civil e as instituições do Estado e empresariais pretende-se desencadea<u>r um</u>





conjunto de ações que promovam o conhecimento da instituição e a angariáção de donativos e outros apoios, nomeadamente:

- e) Aprofundamento do relacionamento e cooperação com várias instituições parceiras, designadamente, com a Câmara Municipal do Porto, Segurança Social, Banco Alimentar, entre outros;
- f) Realização de ações de divulgação da atividade desenvolvida junto da comunidade, através da realização de exposições regulares dos trabalhos realizados pelos utentes;
- g) Promover reuniões junto das empresas no sentido de sensibilizar para o trabalho desenvolvido, junto dos mais frágeis e desfavorecidos na sociedade, e captar donativos ao abrigo do mecenato social;
- Pesquisa de oportunidades de candidatura a subsídios e prémios oferecidos por Empresas, Associações e outras Fundações destinadas a apoiar os fins prosseguidos;

Face à difícil situação económico-financeira em que assumimos a gestão da Obra Diocesana, em particular no que se refere ao déficit de exploração que se tem vindo a registar e que possivelmente se irá agravar nos próximos meses pela revisão em baixa dos Acordos de Cooperação celebrados com a Segurança Social, o Conselho de Administração coloca esta situação à consideração de Sua Exa. Reverendíssima Dom Manuel Linda, Bispo do Porto, para que sejam tomadas as medidas julgadas convenientes. Atendendo a que este vasto conjunto de medidas levará o seu tempo a produzir efeitos, prevendo-se que o exercício económico de 2019 venha também a registar um déficit de exploração e consequentemente um resultado líquido negativo.

Contudo, é convicção deste Conselho de Administração que com o apoio da Diocese do Porto, da Segurança Social, do Banco Alimentar Contra a Fome e da Sociedade Civil, conjugadas com a adoção a nível interno das medidas supra referidas, associadas a uma gestão de rigor e transparência, será possível a longo prazo, reverter a situação atual em que a Obra Diocesana se encontra, aumentar a oferta de serviços relacionados com os seus fins e voltar a apresentar contas equilibradas.

10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado no período foi negativo no montante de 202.927 euros, para o qual propomos que seja mantido na rubrica Resultados Transitados a fim de poder ser compensado com resultados positivos em exercícios futuros.



11. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento, pela colaboração prestada, a todos os Colaboradores, Utentes, Fornecedores e demais entidades externas, com especial apreço à Diocese do Porto, ao Centro Distrital de Segurança Social do Porto, à Câmara Municipal do Porto, ao Banco Alimentar Contra a Fome e ao Revisor Oficial de Contas.

Porto, 21 de março de 2019

O Conselho de Administração,

Presidente

Dr. Manuel Maria Moreira

Secretário

Dr. João Salvador Velez Pacheco de Amorim

Tesoureiro

Dr. Vítor Manuel de Vasconcelos Gonçalo

Vogal

Arg. Maria Filomena Castro Costa Osswald

Vogal

Dr. Vítor Emanuel Lopes de Andrade de Almeida Devesa

Obra Diocesana de Promoção Social BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500849404

Moeda: (Valores em Euros)

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		wideda. (valores	em Euros)
p/mpvc.c	Nomic	DATAS /	
RÚBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
ACTIVO			4
Activo não corrente			/
Ativos Fixos Tangíveis	NOTA 11	2 333 949,78	2 408 941,9
Investimentos financeiros		11 418,02	7 999,2
Outros Créditos e ativos não correntes	NOTA 12	1 220 510,00	1 249 360,0
		3 565 877,80	3 666 301,2
Activo corrente			
Inventários	NOTA 10	13 108,58	13 036,7
Créditos a receber	NOTA 5	3 548,68	26 959,7
Estado e outros entes públicos	NOTA 6	33 712,87	3 015,9
Diferimentos	NOTA 8	67 597,28	106 769,9
Outros ativos correntes	NOTA 7	97 330,23	4 300,0
Caixa e Depósitos Bancários	NOTA 4	914 541,62	1 028 868,1
		1 129 839,26	1 182 950,5
Total do ativo		4 695 717,06	4 849 251,7
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			A
Fundos patrimoniais			
Fundos	NOTA 13	7 809,24	7 809,2
Resultados transitados	NOTA 13	772 376,54	883 097,1
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	NOTA 13	2 860 373,13	2 893 223,1
		3 640 558,91	3 784 129,5
Resultado líquido do período		-202 926,60	-87 028,1
Total dos fundos patrimoniais		3 437 632,31	3 697 101,4
Passivo			
Provisões	NOTA 9	106 961,73	106 961,73
Passivo corrente		data Nancione Mouern	
Fornecedores	NOTA 5	114 709,37	114 439,7
Estado e outros entes públicos	NOTA 6	137 264,48	129 393,5
Diferimentos	NOTA 8	92 365,69	5 210,5
Outros Passivos Correntes	NOTA 7	806 783,48	796 144,8
		1 151 123,02	1 045 188,6
Total do passivo		1 258 084,75	1 152 150,3
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 695 717,06	4 849 251,7
PERSONAL DESCRIPTION OF THE SECOND OF THE SE	ı F		

Conselho Administração

a Costa asswald

 \wedge

Contabilista Certificado

F3M - Information Systems, SA

Processado por Computador

Obra Diocesana de Promoção Social DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contribuinte: 500849404

Moeda: EUROS

		PERÍ	ODOS
NDIMENTOS E GASTOS NOTAS —		2018	2017
Vendas e serviços prestados	NOTA 14	1.950.524,39	1.956.612,94
ISS, IP - Centro Distrital	NOTA 15	4.900.952,33	4.943.170,72
Outros Subsidios	NOTA 15	10.389,29	105.388,28
Subsídios de outras entidades	NOTA 15	43.121,74	64.864,32
Doações e heranças	NOTA 15	272.060,47	58.235,37
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	NOTA 10	685.403,54	650.647,27
Fornecimentos e serviços externos	NOTA 16	1.098.734,28	1.039.673,40
Gastos com o pessoal	NOTA 18	5.542.286,47	5.488.372,98
Outros rendimentos	NOTA 14	102.751,83	77.226,43
Outros gastos	NOTA 17	60.625,75	22.076,03
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-107.249,99	4.728,38
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	NOTA 11	101.762,85	102.296,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-209.012,84	-97.568,08
Juros e rendimentos similares obtidos	NOTA 14	6.086,24	10.539,94

Resultados antes de impostos

Resultado líquido do período

Conselho de Administração

Imposto sobre o rendimento do período

Contabilista Certificado

-202.926,60

-202.926,60

0,00

-87.028,14

-87.028,14

0,00

F3M - Information Systems, SA

Obra Diocesana de Promoção Social DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



RÚBRICAS	NOTAS	DATA	s / T
RUBRICAS	NOTAS	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 950 524,39	1 953 345,6
Pagamentos de subsídios		0,00	0,0
Pagamentos de subsídios		0,00	0,0
Pagamentos de bolsas		0,00	0,0
Pagamentos a fornecedores		-1 590 005,50	-1 471 349,6
Pagamentos ao pessoal		-3 601 968,98	-3 520 086,5
Caixa gerada pelas operações		-3 241 450,09	-3 038 090,5
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,0
Outros recebimentos/pagamentos		3 121 037,36	3 078 507,3
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-120 412,73	40 416,7
Fluxos de caixa das atividades de investimento			The state of the s
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,0
Ativos intangíveis		0,00	0,0
Investimentos financeiros		0,00	0,0
Outros ativos		0,00	0,0
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,0
Ativos intangíveis		0,00	0,0
Investimentos financeiros		0,00	0,0
Outros ativos		0,00	0,0
Subsídios ao investimento		0,00	0,0
Juros e rendimentos similares		6 086,24	10 539,9
Dividendos		0,00	0,0
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		6 086,24	10 539,9
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,0
Realização de fundos		0,00	0,0
Cobertura de prejuízos		0,00	0,0
Doações		0,00	0,0
Outras operações de financiamentos		0,00	0,0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,0
furos e gastos similares		0,00	0,0
Dividendos		0,00	0,0
Redução de fundos		0,00	0,0
Outras operações de financiamento		0,00	0,0
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,0
		11100010	#0.0#C=
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-114 326,49	50 956,7
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,0
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		1 028 868,11	977 911,3
Caixa e seus equivalentes no fim do período	NOTA 4	914 541,62	1 028 868,1

O Conselho de Administração .

Contabilista Certificado

1. Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Obra Diocesana de Promoção Social

Sede social: Rua D. Manuel II, 14

4050-342 PORTO

Endereço eletrónico: <u>geral@odps.org.pt</u> Página de internet: <u>www.odps.org.pt</u>

Natureza da atividade: Atividades de apoio social sem alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico usado

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais comtemplas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes prossupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime de periodização económica (acréscimo)

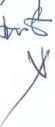
A entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidos em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por acréscimos de gastos".

- Material de agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi Obra Diocesana de Promoção Social Página 1 de 13



A,

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018

Y/4

compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos viceversa.

- Comparabilidade

As Políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a segunda-feira, 31 de Dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2017.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estimem que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo da aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

Tabela da vida útil dos ativos fixos tangíveis

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros ativos fixos tangíveis	6 anos

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outas construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de ativos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objeto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua atividade corrente.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, foram consideradas como custo diferido em 5 anos.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos ficos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo da aquisição deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos em vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Inventários

As mercadorias matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo da aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

A V

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2018



- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no passivo corrente.

- Provisões

A entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se tenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os



dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item "Outras variações nos capitais próprios", são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Fluxos de caixa

4.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	659,40 €	863,11 €
Depósitos à ordem	353 882,22 €	78 005,00 €
Depósitos a prazo	560 000,00 €	950 000,00 €
Total	914 541,62€	1 028 868,11€





V/M

5. Créditos a receber e fornecedores

A Entidade detinha, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 os seguintes saldos na conta de clientes e fornecedores.

Descrição	Saldo devedor 2018	Saldo credor 2018	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017
Clientes e utentes			23 692,50 €	
Clientes conta corrente	3 548,68 €	a superior s	3 267,28 €	
Total	3 548,68 €	- €	26 959,78 €	- €
Fornecedores		114 709,37 €		114 439,75 €
Total	- €	114 709,37 €	- €	114 439,75 €

6. Impostos e contribuições

6.1. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo devedor 2018	Saldo credor 2018	Saldo devedor 2017	Saldo credor 2017
lva a recuperar	33 712,87 €		3 015,95 €	
lva a pagar		502,91€		522,85€
Retenção de impostos sobre rendimentos		32 844,35 €		30 155,85 €
Contribuições para a Segurança Social		103 412,85 €		98 422,46 €
Fundos de Compensação		504,37€		292,36 €
Total	33 712,87 €	137 264,48 €	3 015,95 €	129 393,52 €





7. Outros ativos e passivos correntes

As rubricas "outras contas a receber e a pagar" tinham, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a seguinte decomposição:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Outras contas a receber		
Generali – Companhia Seguros, SA	535,30 €	1 025,95 €
СТТ	16,28 €	16,28 €
Diversos	431,06 €	
Adiantamentos ao Pessoal	1 547,02 €	644,78 €
Juros a Receber		1 387,79 €
Susana Sequeira	865,21 €	1 225,21 €
Ana Paula Machado	498,76 €	
Poise - Proj. 1.08	93 436,60 €	
Total	97 330,23 €	4 300,01 €
Outras contas a pagar		
Sindicato Trab. Função Publica	1 381,93 €	1 030,74 €
Desc. P/tribunal	278,75 €	- N=
Adiantamento de Mensalidade	1 435,08 €	198,92 €
Renda Habitação	49,88€	49,88€
Férias e subsídio de férias	803 637,84 €	794 865,32 €
Total	806 783,48 €	796 144,86 €

8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Gastos a reconhecer		
Central de Compras	7 551,02 €	7 734,55 €
Seguros	29 060,02 €	48 901,43 €
Outros custos diferidos - Obras Edifícios	30 986,24 €	50 134,01 €
Total	67 597,28 €	106 769,99 €
Rendimentos a Reconhecer		
I.E.F.P - programas CEI e CEI+		5 210,51 €
Poise - Proj. 1.08	92 365,69 €	
Total	92 365,69 €	5 210,51 €

9. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "provisões" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Provisões	106 961,73 €	106 961,73 €
Total	106 961,73 €	106 961,73 €

Provisão reconhecida em 2010, para fazer face a responsabilidades perante a Segurança Social, assumidas pela Obra Diocesana a quando da aceitação da doação e integração do património das Oficinas S. José.

10. Inventários

10.1. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre esta natureza de inventários, conforme quadro seguinte:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Movimentos	2018	2017	
Saldo inicial	13 036,73 €	12 735,97 €	
Compras	647 563,65 €	594 583,71 €	
Donativos	37 911,74 €	56 364,32 €	
Saldo final	13 108,58 €	13 036,73 €	
Gastos do período	685 403,54 €	650 647,27 €	

11. Ativos fixos tangíveis

Divulgação sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	31-12-2017	Adições	Abate	Regulariz.	31-12-2018
Terrenos e recursos naturais	481 290,30 €				481 290,30 €
Edifícios e outras construções	2 315 602,70 €				2 315 602,70 €
Equipamento básico	1 353 815,84 €	16 209,04 €	12 404,96 €		1 357 619,92 €
Equipamento de transporte	635 934,93 €				635 934,93 €
Equipamento administrativo	542 389,60 €	15 909,06 €	14 920,31 €		543 378,35 €
AFT em curso	36 900,00 €			la maria	36 900,00 €
Ativo Fixo Tangível Bruto	5 365 933,37 €	32 118,10 €	27 325,27 €	- €	5 370 726,20 €
Depreciações acumuladas				The second secon	
Edifícios e outras construções	591 114,97 €	9 916,84 €			601 031,81 €
Equipamento básico	1 308 962,78 €	25 823,48 €	12 404,96 €	4 856,13 €	1 327 237,43 €
Equipamento de transporte	545 263,05 €	50 509,25 €			595 772,30 €
Equipamento administrativo	511 650,64 €	15 513,28 €	14 920,31 €	491,27€	512 734,88 €
Depreciações acumuladas	2 956 991,44 €	101 762,85 €	27 325,27 €	5 347,40 €	3 036 776,42 €
Ativo Tangível Líquido	2 408 941,93				2 333 949,78

12. Outros créditos e ativos não correntes

Os valores registados em propriedade de investimentos, são provenientes de "doação" por parte da Oficina S. José, cujos os mesmos se encontram arrendados.

Descrição	2018	2017
Edifícios	1 105 730,00 €	1 134 580,00 €
Garagens	114 780,00 €	114 780,00 €
Total	1 220 510,00 €	1 249 360,00 €

13. Fundos patrimoniais

Nos "fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

		MINISTER CONTRACTOR		
Descrição	Saldo inicial	Regularização	Diminuições	Saldo Final
Fundos	7 809,24 €			7 809,24 €
Resultados transitados	883 097,18 €	23 692,50 €	87 028,14 €	772 376,54 €
O. Variações nos fundos patrimo	niais			
Doação da Oficina S. José	2 881 223,13 €		28 850,00 €	2 852 373,13 €
Subsídios ao Investimento	12 000,00 €	form, a summary and	4 000,00 €	8 000,00 €
Total	3 784 129,55 €		119 878,14 €	3 640 558,91 €

14. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes réditos

Rubricas	31-12-2018	31-12-2017
Prestação de serviços	1 950 524,39 €	1 956 612,94 €
Quotas de utilizadores	1 950 524,39 €	1 956 612,94 €
Outros rendimentos	102 751,83 €	77 226,43 €
Descontos obtidos	835,18 €	1 147,29 €
Sinistros	1 705,34 €	
Rendas	61 667,42 €	56 836,80 €
Correções Rel. Per. Anteriores	3 322,82 €	
Subsídios ao investimento	4 000,00 €	4 000,00 €
Restituição de IVA	26 390,83 €	11 399,84 €
Indeminização N/aviso prévio	4 830,24 €	3 842,50 €
Juros Bancários	6 086,24 €	10 539,94 €
Juros Bancários	6 086,24 €	10 539,94 €
Total	2 059 362,46 €	2 044 379,31 €



- 15. Subsídios, doações e legados à exploração
- 15.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras
- 15.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

2018				2017			
Descrição Na	Natureza	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotações)	não reembolsável			4 900 952,33			4 943 170,72
Total				4 900 952,33			4 943 170,72
Instituto E.F. Profissional	não reembolsável			9 318,38			17 998,22
Poise - Projeto 1.08	não reembolsável			1 070,91			
CCDNR	não reembolsável						87 390,06
Total				10 389,29	0,00	0,00	105 388,28
Banco Alimentar Porto	não reembolsável			37 911,74			56 364,32
Croix Rouge Francaise	não reembolsável			5 210,00			8 500,00
Doações de Particulares	não reembolsável			272 060,47			58 235,37
Total				315 182,21	0,00	0,00	123 099,69
Total de Subsídios				5 226 523,83			5 171 658,69

16. Fornecimentos e serviços externos

16.1. Discriminação de fornecimento e serviços externos

Para os períodos de 2018 e 2017 os fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Trabalhos especializados	58 161,57 €	58 885,45 €
Publicidade e propaganda	276,75 €	4 768,50 €
Vigilância e segurança	15 317,45 €	7 059,18 €
Honorários	83 182,89 €	70 719,69 €
Conservação e reparação	165 049,63 €	150 725,58 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	13 607,88 €	8 399,38 €
Material de escritório/Livros e Documentação Técnica	21 286,03 €	18 848,49 €
Artigos p/ oferta		3 078,40 €
Eletricidade	153 650,05 €	144 432,88 €
Combustíveis	175 917,75 €	159 639,23 €
Água	35 402,84 €	33 560,36 €
Deslocações e estadas	35 314,30 €	31 070,84 €
Rendas e alugueres	14 449,10 €	15 335,54 €
Comunicação	42 149,17 €	47 505,19 €
Seguros	36 446,29 €	18 020,30 €
Despesas de representação	2 076,71 €	4 119,80 €
Limpeza, higiene e conforto	90 887,94 €	93 302,59 €
Atividades com utentes	77 760,90 €	85 453,58 €
Vestuário e calçado/tecidos e Afins	6 541,04 €	7 845,40 €
Encargos C/ saúde de utentes	17 729,32 €	18 296,22 €
Material didático	4 889,78 €	6 421,73 €
Outros serviços	48 637,89 €	52 185,07 €
Total	1 098 735,28 €	1 039 673,40 €

17. Outros gastos

Para os períodos de 2018 e 2017 os outros gastos e perdas foram os seguintes:

Descrição	Ano 2018	Ano 2017
Projeto Eramus+	2 300,78 €	4 121,28 €
Projeto - Poise 1.08	1 070,91 €	
Impostos e taxas	1 254,89 €	862,54 €
Correções relativas a exercícios anteriores	34 051,51 €	
Donativos	12 336,34 €	12 977,56 €



Total	60 625,75 €	22 076,03 €
Dívidas Incobráveis	8 978,32 €	3 486,65 €
Quotas	633,00 €	628,00 €

18. Gastos com Pessoal

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante o exercício de 2018 foi de 374 no ano de 2017 foram 371.

18.1. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	ANO 2018	ANO 2017
Gasto com o pessoal	5 542 286,47 €	5 488 372,98 €
Remunerações do pessoal	4 299 338,76 €	4 235 870,28 €
Remunerações Adicionais	201 932,14 €	204 157,74 €
Indemnizações P/ cessação Contrato		1 490,67 €
Encargos sobre remunerações	957 298,61 €	937 813,77 €
Seguro de acidentes no trabalho e doenças profissionais	57 768,61 €	61 419,40 €
Outros gastos com o pessoal	25 948,35 €	47 621,12 €
- Formação	10 232,84 €	16 749,87 €
- Apoio médico	10 177,44 €	9 660,87 €
- Vestuário	5 538,07 €	3 730,77 €
Outros gastos -Programas I.E.F.P		17 479,61 €
Total de gasto com o pessoal	5 542 286,47 €	5 488 372,98 €

19. Divulgações exigidas por diplomas legais

19.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante o Estado e Outros Entes Públicos, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social

A entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

20. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Conselho de Administração

Obra Diocesana de Promoção Social

Contabilista Certificado

Página 13 de 13